

**Decreto 5985, de 07 de outubro de 2025**

**Súmula:** Regulamenta, no âmbito do Município, a aplicação de princípios, regras e instrumentos estabelecidos pela Lei Federal 14.129/2021 sobre Governo Digital, visando ao aumento da transparência e da eficiência públicas, na forma em que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o imperativo de regular no âmbito municipal a aplicação das exigências da Lei Federal 14.129/2021 a respeito do Governo Digital, como medida essencial de eficiência pública;

Considerando as recomendações dos órgãos de controle, como o TCE-PR, apontamentos a necessidade de o Município avançar na implementação destas exigências;

Considerando a necessidade de adaptar as diretrizes nacionais à realidade local, estabelecendo responsabilidades, prazos e mecanismos adequados para a modernização dos serviços públicos e ampliação do acesso à informação.

**Decreta:**

**CAPÍTULO I – DAS DIRETRIZES PARA O AUMENTO DA EFICIÊNCIA PÚBLICA**

Art. 1º. O aumento da eficiência da Administração Pública Municipal de Vitorino, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão, obedecerá especialmente às seguintes diretrizes:

I – manutenção, atualização e evolução tecnológica dos serviços digitais disponíveis;

II – ampliação da oferta de serviços digitais simples, acessíveis e intuitivos;

III – gestão pública centrada no cidadão;

IV – uso da tecnologia e da inovação como instrumentos de inclusão social e redução de desigualdades;

V – melhoria contínua dos processos e ferramentas de atendimento ao cidadão, com canais de avaliação de satisfação;

VI – formulação e implementação de políticas públicas baseadas em dados e evidências, com uso de tecnologias emergentes, incluindo inteligência artificial;

VII – garantia de proteção de ativos e informações relacionados aos serviços digitais, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

VIII – promoção da transparência e dos dados abertos, em formato reutilizável, de modo a permitir o acompanhamento social e a geração de novos negócios;

IX – observância obrigatória dos requisitos de acessibilidade digital, de modo a atender pessoas com deficiência e idosos;

X – promoção da educação e inclusão digital da população, por meio de parcerias com escolas, universidades e organizações da sociedade civil;

XI – Estímulo à participação e ao controle social na formulação e avaliação dos serviços públicos digitais.

## CAPÍTULO II – DA GESTÃO DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Art. 2º. A coordenação da implementação e da execução das diretrizes deste Decreto competirá ao órgão superior da Administração Municipal responsável pela gestão administrativa, que poderá expedir normas complementares e coordenar ações juntamente com os demais órgãos públicos e entidade locais.

Art. 3º. Compete ainda ao órgão superior da Administração Municipal:

I – propor diretrizes e estratégias para a transformação digital no município;

II – acompanhar e avaliar a execução das metas estabelecidas neste Decreto;

III – promover a integração das políticas municipais com as diretrizes nacionais de governo digital;

IV – estimular a cooperação entre órgãos públicos, setor privado e sociedade civil;

V – deliberar sobre projetos de inovação, uso de novas tecnologias e testes regulatórios (sandbox).

### CAPÍTULO III – DA DIGITALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 4º. A Administração Pública Municipal deverá:

I – criar e implementar programas de capacitação contínua para servidores em competências digitais;

II – promover o letramento e a inclusão digital da população, em especial dos grupos vulneráveis;

III – desenvolver e testar métodos inovadores de colaboração entre governo e sociedade;

IV – assegurar que os serviços digitais atendam a padrões de interoperabilidade, usabilidade, acessibilidade e segurança.

Parágrafo único. O cronograma de implementação das ações previstas neste artigo deverá ser definido e divulgado em até 90 (noventa) dias após a publicação deste Decreto.

Art. 5º. As Plataformas de Governo Digital deverão:

I – ser acessadas por meio de portal único, aplicativo oficial ou outro canal digital centralizado;

II – integrar serviços e bases de dados municipais, respeitando restrições legais e requisitos de segurança;

III – observar padrões nacionais de identidade digital e de assinatura eletrônica, conforme a Plataforma Gov.br e a ICP-Brasil;

IV – manter alternativas presenciais ou híbridas para atendimento de cidadãos sem acesso digital.

### CAPÍTULO IV – DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS

Art. 6º. São direitos dos usuários:

I – gratuidade no acesso às plataformas de governo digital;

II – atendimento nos termos da Carta de Serviços ao Usuário;

III – padronização de formulários e procedimentos, em formato físico e digital acessível;

IV – recebimento de protocolo físico ou digital de solicitações;

V – garantia de acessibilidade digital a todos os serviços ofertados;

VI – acesso facilitado a informações sobre o tratamento de seus dados pessoais.

## CAPÍTULO V – DA INTEROPERABILIDADE, DADOS ABERTOS E SEGURANÇA

Art. 7º. Os órgãos e entidades municipais deverão:

- I – assegurar interoperabilidade de informações e dados sob sua gestão, observadas as limitações legais, a segurança e a relação custo-benefício;
- II – observar a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais, em especial a LGPD;
- III – publicar dados em formato aberto, estruturado e reutilizável, conforme regulamentação específica;
- IV – instituir plano municipal de governança de dados, incluindo políticas de segurança da informação e gestão de incidentes;
- V – reduzir a exigência de documentos repetidos, utilizando-se de interoperabilidade para simplificar o atendimento.

## CAPÍTULO VI – DA INOVAÇÃO

Art. 8º. A Administração Pública Municipal poderá instituir laboratórios de inovação, projetos-piloto, testes regulatórios (sandbox) e uso de inteligência artificial, em conformidade com a legislação federal.

Art. 9º. Os órgãos municipais deverão fomentar a inovação aberta, por meio da cooperação com universidades, empresas e sociedade civil organizada.

## CAPÍTULO VII – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARÊNCIA

Art. 10. A Administração Pública Municipal publicará, anualmente, um Relatório de Gestão de Atividades, contendo, no mínimo:

- I – as metas estabelecidas e o grau de seu cumprimento, abrangendo tanto a transformação digital como as ações e os programas governamentais;
- II – os custos e benefícios dos projetos de gestão interna e dos programas governamentais, com foco em sua efetividade;
- III – os desafios encontrados na implementação das diretrizes;
- IV – os indicadores de uso, satisfação e resolutividade dos serviços prestados, incluindo a divulgação de dados das demandas resolvidas administrativamente e as informações publicadas no Portal da Transparência.

## CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Os serviços digitais, bem como sua forma de acesso, deverão constar na Carta de Serviços ao Usuário, disponível no site oficial do Município.

Art. 12. O acesso universal aos serviços públicos será assegurado, com garantia de canais digitais e presenciais alternativos, visando à inclusão de toda a população.

Art. 13. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Vitorino, Estado do Paraná, 07 de outubro de 2025.

**Marciano Vottri**  
Prefeito do Município de Vitorino